TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA N° 300, DE 29 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo a presente Portaria (documento SEI 0003503-32.2017.6.02.8000), relativo ao 1º Quadrimestre do exercício 2017.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MAIO/2016 A ABRIL/2017		
RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Nota 1 Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) Nota 2
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Nota 3	87.132.527,98	353.495,15
Pessoal Ativo	77.691.975,16	353.495,15
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.440.552,82	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	9.251.138,02	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	132.804,58	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.118.333,44	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	77.881.389,96	353.495,15

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) Nota 4	718.531.431.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	78.234.885,11	0,010888%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) Nota 5	119.520.518,23	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	113.544.492,32	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	107.568.466,41	0,014971%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 22/05/2017 às 15:00 horas.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

3 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

4 - Valor referente à Portaria STN nº 416 de 17/05/2017 (DOU de 19/05/2017).

5 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COÊLHO MOURA
Coordenador de Controle Interno

De acordo.

MAURÍCIO DE OMENA SOUZA
Diretora-Geral

Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 213, DE 26 DE MAIO DE 2017

A DESEMBARGADORA TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao primeiro quadrimestre de 2017, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P.R. Cumpra-se.

Des. TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	84.295.765,71	441.130,33
Pessoal Ativo	71.380.062,95	441.130,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.915.702,76	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	11.495.430,32	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	73.019,47	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.422.410,85	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	72.800.335,39	441.130,33
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		73.241.465,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		718.531.431.000,00
% da DESP. TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)= (IV/V)*100		0,010193
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) -	0,016168%	116.172.161,76
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -	0,015360%	110.363.553,68
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -	0,014551%	104.554.945,59

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, data de emissão 22/5/2017 e hora da emissão 14h e 35m.

Nota 1: Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2: Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

Nota 3: Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, de 17/5/2017.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

NIVALDO AZEVEDO DOS SANTOS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

Des.TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 183, DE 26 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, §2º, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, inciso XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º Quadrimestre de 2017, contemplando o período de janeiro a abril de 2017, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ÂNGELA PRUDENTE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	61.632.849,62	-
Pessoal Ativo	57.487.165,74	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.145.683,88	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.724.716,18	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	41.769,34	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.682.946,84	-

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	57.908.133,44	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	57.908.133,44	0,008059
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	89.069.156,19	0,012396
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	84.615.698,38	0,011776
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	80.162.240,57	0,011156

FONTE: Sistema SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 19/mai/2017, 15h e 05m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 137, DE 29 DE MAIO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017
RGF-ANEXO I (LRF, Art.55, Inciso I, Alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.592.613.957,04	127.322,80	1.592.741.279,84
Pessoal Ativo	1.038.863.695,14	127.322,80	1.038.991.017,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	553.750.261,90	0,00	553.750.261,90
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, §1º, da LRF)	0,00	0,00	0,0 0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	413.237.294,02	0 , 00	413.237.294,02
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.293.730,27	0,00	1.293.730,27
Decorrentes de Decisão Judicial	603.009,40	0,00	603.009,40
Despesas de Exercícios Anteriores	22.280.613,54		22.280.613,54
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	389.059.940,81	0,00	389.059.940,81
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I -II)	1.179.376.663,02	127.322,80	1.179.503.985,82
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			7 18.531.431. 000 ,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - D T P sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,164137%	0,000018%	0,164155%
LIMITE MÁXIMO (inc . I, II e III, art.20 da LRF)	0,294541%		2 . 1 16. 3 69.662 , 18
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF)	0,279814%		2.0 1 0 .5 51 . 1 7 9 , 0 7
LIMITE DE ALERTA (inc. II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,265087%		1 . 9 04.732.695 , 96

FONTE: SIAFI - DICOP/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 22/05/2017 - 15:40h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 21.405.320,34.

3) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 43.080.205,78.

4) Despesa com Precatórios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 52.759.950,54.

5) No período de maio/2016 a abril/2017, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados (conta contábil 631980000), nas seguintes ações: 0181- Pagamento de Aposentadorias e Pensões (R$ 901,55), 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações (R$ 780.608,42) e 20TP-Pagamento de Pessoal Ativo da União (R$ 5.003,59).

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA
Presidente do Tribunal

FLÁVIO PIRES FERREIRA CLEMENTINO
Diretor-Geral

SÉRGIO HONORATO DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 214, DE 26 DE MAIO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2017, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. JÚLIO BERNARDO DO CARMO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1. 462.625.433,68	970.217,72	1.463.595.651,40
Pessoal Ativo	998.883.574,66	190.256,10	999.073.830,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	463.741.859,02	779.961,62	464.521.820,64
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF)	0,00	0,00	0,00
D ESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	394.273.316,03	812.566,36	395.085.882,39
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	140.001,48	0,00	140.001,48
Despesas de Exercícios Anteriores	14.530.662,88	715.631,80	15.246.294,68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	379.602.651,67	96.934,56	379.699.586,23
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II)	1. 068 . 352 . 117 , 65	157.651,36	1.068.509.769,01
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			718.531.431.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP sobre a RCL(V)=(III c/ IV) x 100	0,148686%	0,000022%	0,148707%
LIMITE MÁXIMO (art. 20, incisos I, II e III da LRF) - <%>	0, 304548 %		2.188.273.102,48
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, parágrafo único da LRF) - <%>	0, 289321 %		2.078.859.447,36
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, inciso II da LRF) - <%>	0, 274093 %		1.969.445.792,23

FONTE: Tesouro Gerencial SIAFI - DOF/SEPEOC/TRT3 - 22/MAI/2017 - 17h e 41m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.

2) Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 3.525.991,77. Inscrição em restos a pagar não processados em liquidação: R$ 1.787.832,00.

3) Despesas com requisições de pequeno valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R$ 10.502.262,30. Não houve inscrição em restos a pagar.

4) Despesas com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 13.392.670,66. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação de R$ 843.203,74.

Des. JÚLIO BERNARDO DO CARMO
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

LUCIANA CORREA CRUZ HAHNE
Diretora de Orçamento e Finanças, em exercício

ANA RITA GONÇALVES LARA
Secretária de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017053000278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.